

Demonstrações
Financeiras

TBG

**20
24**



Índice

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	03
Balanços Patrimoniais	03
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	04
Demonstração do Resultado	04
Demonstração dos Fluxos de Caixa	05
Demonstração do Valor Adicionado	06
Demonstração do Resultado Abrangente	06
Notas Explicativas da Administração	07
 ADMINISTRAÇÃO	 35
 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	 35
 PARECER DO CONSELHO FISCAL	 38
 RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	 39

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	658	934
Contas a receber – Sistema Petrobras	7 (a)	105	160
Contas a receber - terceiros		35	11
Impostos e contribuições	8(d)	143	141
Outros ativos		24	13
Ativo circulante		965	1.259
Depósitos judiciais		2	1
Outros ativos		2	2
Ativo realizável a longo prazo		4	3
Investimento		1	1
Imobilizado	5	1.518	1.518
Intangível	6	23	16
Ativo não circulante		1.546	1.538
Total do Ativo		2.511	2.797

PASSIVO	Notas	2024	2023
Fornecedores		201	104
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8 (c)	366	495
Adiantamentos de clientes – Sistema Petrobras	7 (a)	53	52
Adiantamentos de clientes – Outros		36	6
Dividendos a pagar	10 (b)	229	381
Impostos e contribuições a recolher		26	30
Outros passivos	9	73	77
Passivo circulante		984	1.145
Adiantamentos de clientes – Sistema Petrobras	7 (a)	801	687
Provisão para processos judiciais e administrativos	15	70	65
Benefícios a empregados	17	128	118
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 (a)	150	278
Passivo não circulante		1.149	1.148
Passivo circulante e não circulante		2.133	2.293
Capital subscrito e integralizado	10(a)	93	93
Reservas de lucros		248	400
Ajuste de avaliação patrimonial		37	11
Patrimônio líquido		378	504
Total do Passivo		2.511	2.797

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros						
	Capital subscrito e integralizado	Outros resultados abrangentes	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Total da Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2023	93	39	19	468	487	-	619
Autorização AGO de 2023 para pgto. de dividendos	-	-	-	(468)	(468)	-	(468)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	762	762
Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	-	(28)	-	-	-	-	(28)
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(381)	(381)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	381	381	(381)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	93	11	19	381	400	-	504
Saldos em 01 de janeiro de 2024	93	11	19	381	400	-	504
Autorização AGO de 2024 para pgto. de dividendos	-	-	-	(381)	(381)	-	(381)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	458	458
Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	-	26	-	-	-	-	26
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(229)	(229)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	229	229	(229)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	93	37	19	229	248	-	378

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	11	1.686	1.745
Custo dos serviços prestados			
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais		(223)	(207)
Custo de operação e manutenção	12	(442)	(287)
Total do custo dos serviços prestados		(665)	(494)
Lucro bruto		1.021	1.251
Despesas gerais e administrativas	13	(173)	(194)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		848	1.057
Despesas financeiras	14	(30)	(25)
Receitas financeiras	14	55	71
Variação cambial	14	(178)	52
Resultado financeiro, líquido		(153)	98
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		695	1.155
Imposto de renda e contribuição social	8 (b)	(237)	(393)
Lucro líquido do exercício		458	762
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	10 (d)	4,92	8,19

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		458	762
Ajustes para:			
Resultado atuarial de planos de pensão e saúde	17	39	16
Depreciação e amortização	5	228	213
Variação cambial sobre operações com empresas do sistema Petrobras	14	172	(51)
Imposto de renda e contribuição social	8 (c)	237	393
Encargos financeiros sobre financiamentos - terceiros		25	60
Encargos financeiros sobre financiamentos - empresas do sistema Petrobras	14	11	8
Perdas com processos judiciais e administrativos		12	-
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber - terceiros		(37)	(11)
Despesas antecipadas		-	(3)
Contas a receber - Sistema Petrobras		57	(3)
Depósitos judiciais		(1)	-
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		85	55
Impostos e contribuições		(20)	(6)
Benefícios a empregados		(1)	-
Provisão para processos judiciais e administrativos		2	19
Outros passivos		15	7
Adiantamentos de clientes		(56)	(51)
Outros		5	(7)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(485)	(534)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		746	867
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de Imobilizados e intangíveis	5	(235)	(182)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		(235)	(182)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortizações de principal		(5)	-
Amortizações de juros		(1)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a empresas do sistema Petrobras		(399)	(246)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a terceiros		(382)	(245)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(787)	(491)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(276)	194
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		934	740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		658	934

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.061	2.124
	2.061	2.124
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(364)	(196)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(30)	(57)
	(394)	(253)
Valor adicionado bruto	1.667	1.871
Depreciação e amortização	(228)	(213)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.439	1.658
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	55	71
Valor adicionado total a distribuir	1.494	1.729
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	88	81
Participações nos lucros ou resultados	18	23
Remuneração variável	7	13
	113	117
Benefícios		
Vantagens	32	37
Plano de aposentadoria e pensão	14	12
Plano de saúde	44	47
	90	96
FGTS	10	9
	213	222
Tributos		
Federais	413	570
Estaduais	201	200
Municipais	1	1
	615	771
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetária	208	(26)
	208	(26)
Acionistas		
Dividendos	229	381
Lucros retidos	229	381
	458	762
Valor adicionado total distribuído	1.494	1.729

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		458	762
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	17	28	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2)	-
		26	(44)
Resultado abrangente total		484	718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. ("TBG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997, com sede no Estado do Rio de Janeiro - RJ e uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas - SP.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, de sua propriedade, em território brasileiro.

As fontes de receita da Companhia são, principalmente, oriundas do transporte de gás mediante contratos firmados, substancialmente, com a cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras"), a qual é controladora da Companhia.

Desde a sua constituição em abril de 1997, a TBG é uma empresa do Sistema Petrobras, por intermédio de suas controladas ou mesmo diretamente, que detém 51% das ações com direito a voto da sociedade.

As receitas da TBG são obtidas a partir do faturamento de contratos de transporte de gás natural TCO (cuja vigência está prevista para 2041), CPAC (vigência prevista para 2030) e dos contratos diários, mensais, trimestrais e anuais, ofertados a todo o mercado a partir de Processo de Oferta e Contratação de Capacidade realizado anualmente sob a supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Uma das peculiaridades destes contratos é a existência de cláusulas para cobrança do encargo de reserva de capacidade de transporte, conhecidas também como *Ship-or-Pay (SoP)*. A partir dessas cláusulas, os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado. Segue abaixo quadro com as quantidades e valores contratadas em 2024.

Contratos	Capacidade (Milhões m ³ /dia)	Receita Operacional Bruta	Término
Contratos firmes	E ⁽¹⁾ - 20.869 - S ⁽²⁾ - 14.616	1.647	31/12/2024
TCO	6,0	38	04/09/2041
CPAC	5,2	55	30/09/2030

(1) - Entrada.

(2) - Saída.

CONTA REGULATÓRIA - ANP

Conforme determina a Nota Técnica nº 004/2016-SCM de 26/04/2016, o modelo tarifário adotado pelo Brasil para valoração do serviço de transporte de gás natural é o da "Regulação por Receita Máxima" ou "*Revenue Cap Regulation*". Neste sistema tarifário, o regulador estabelece, a partir de um modelo tarifário preestabelecido, uma Receita Máxima Permitida (RMP) para o transportador ao longo de um Ciclo Regulatório, de modo a garantir o retorno esperado do capital investido.

Considerando a previsão regulatória, eventuais diferenças entre a Receita Máxima Permitida da transportadora e a receita efetivamente auferida durante o período tarifário deverão ser reconciliadas a partir de um mecanismo intitulado Conta Regulatória, cujo saldo resultante (a maior ou a menor) integrará a Receita Máxima Permitida futura.

Com relação à aplicação do Saldo de Conta Regulatória na Receita Máxima Permitida, a Diretoria Colegiada da ANP aprovou em 14/04/2022 (Resolução de Diretoria nº 193/2022) a utilização de 50% da diferença entre as estimativas de custos e despesas aprovadas e o efetivamente gasto como abatimento na Receita Máxima Permitida prevista para 2024, no valor de R\$ 95. Além disso, na Chamada Pública 04/2022, a ANP determinou o abatimento

do restante da diferença de custos e despesas no valor estimado de R\$ 95 na Receita Máxima Permitida de 2023 (Nota Técnica nº 007/2022/SIM-CGN/SIM/ANP-RJ).

Adicionalmente, para o Processo de Oferta e Contratação de Capacidade 2023, com a inclusão do ano de 2025 no Ciclo Regulatório 01, a TBG propôs o abatimento de parte do Saldo de Conta Regulatória correspondente à (i) variação da Receita dos anos de 2020 a 2022, no montante de R\$ 105, integralmente no ano de 2025; e (ii) variação da Receita Máxima Permitida pela decisão de reavaliação da Base Regulatória de Ativos (BRA) pela ANP do ano de 2020 (Nota Técnica ANP nº 1/2021/SIM) no valor de R\$ 136, dividida em duas parcelas nos anos de 2024 e 2025. Todos os valores a preços de dezembro/2019 e ratificados através da Nota Técnica nº 8/2023/SIM-CAT/SIM/ANP-RJ, totalizando um abatimento de R\$ 431 nos anos de 2023 a 2025, relativos à apuração de Conta Regulatória de 2020 a 2022.

A apuração parcial do saldo da Conta Regulatória de 2020 a 2024 é demonstrada no quadro abaixo. Cabe destacar que esses valores são a melhor estimativa e podem sofrer alteração caso a metodologia e as premissas de cálculo adotadas pela TBG sejam diferentes das futuramente definidas pela ANP.

	2020	2021	2022	2023	2024
APURAÇÃO	(259)	(164)	(170)	(54)	(107)
RECEITA ADICIONAL (-)	(142)	(115)	(75)	(31)	(72)
Modalidade de Valores Adicionais	(142)	(115)	(75)	(31)	(72)
Penalidades	-	(26)	(39)	(9)	(2)
Excedentes	(6)	(26)	(18)	(2)	(14)
Multiplicadores de Curto Prazo	-	(63)	(1)	(5)	(42)
Extraordinário/outros	(136)	-	(17)	(15)	(13)
FRUSTRAÇÃO DE RECEITA (+)	-	45	47	3	1
OPEX (orçado x realizado) (+/-)	(101)	(92)	(124)	(27)	(41)
DEPRECIAÇÃO (orçado x realizado) (+/-)	(15)	(1)	(17)	1	5
COMPENSAÇÃO	-	-	-	95	163
SALDO ANUAL DA CONTA REGULATÓRIA	(259)	(164)	(170)	41	56
SALDO ACUMULADO DA CONTA REGULATÓRIA	(259)	(423)	(592)	(551)	(495)

Conforme Ofício nº 427/2023/SIM-CAT/SIM/ANP-RJ de 17/11/2023, a ANP definiu que a Conta Regulatória deverá ser ajustada pela SELIC, resultando na tabela com os valores a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024
Correção acumulada	-	(12)	(43)	(133)	(274)
Conta Regulatória Anual	(259)	(434)	(635)	(665)	(675)

Cumprir destacar que a ANP, através da Nota Técnica nº 8 /2023/SIM-CAT/SIM/ANP-RJ, informou que as regras e condições de funcionamento da Conta Regulatória serão objeto de regulamentação específica da ANP, em fase de elaboração para adequação ao novo marco legal resultante da aprovação da Nova Lei do Gás (Lei nº 14.134/2021) e de seu decreto regulamentador (Decreto nº 10.712/2021) e que, até que o tema seja regulamentado pela ANP, o funcionamento da Conta Regulatória segue o disposto na Nota Técnica 13 /2019-SIM, em especial seus itens 120 a 127. As situações não previstas na referida Nota vêm sendo tratadas caso-a-caso pela Agência.

Considerando as recentes decisões do regulador de utilizar os montantes acumulados na Conta Regulatória para abatimento de Receita Máxima Permitida futura e do não

atendimento do requisito obrigacional necessário para provisão, nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tais valores não são contabilizados nas demonstrações financeiras.

Em Fato Relevante divulgado em 22 de maio de 2024, a Petrobras informou que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a renegociação do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) do Gás, firmado em 2019 e recentemente aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras. O TCC do Gás previa a alienação de diversas subsidiárias, incluindo a TBG. No entanto, devido a mudanças econômicas, legais e regulatórias no mercado de gás natural, a Petrobras reconsiderou essa obrigação. A nova Lei do Gás isenta certas empresas da desverticalização, como a TBG, desde que cumpram normas de independência reguladas pela ANP. Assim, a Petrobras negociou novas obrigações comportamentais para assegurar a independência operacional da TBG, removendo-a da lista de desinvestimentos e preservando a concorrência no mercado. O aditivo ao TCC estabelece compromissos adicionais, como a seleção de conselheiros independentes. Em 03 de julho de 2024, a Petrobras, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 22 de maio de 2024, comunicou ao mercado que assinou com o CADE aditivo ao TCC do Refino firmado em 2019.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na Nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2025.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a nova norma vigente CPC 09 (R1), foi avaliada e não produziu impacto material na DVA divulgada.

2.3 MOEDA FUNCIONAL

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

2.4 PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.4.1 APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship-or-pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

2.4.2 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras incluem os rendimentos ou encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.4.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra Companhia.

Ativo financeiro

a. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente que, no reconhecimento inicial, a Com-

panhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Passivo financeiro

a. Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b. Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos, quando aplicáveis, são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de hedge (*hedge accounting*). A Companhia não efetuou nenhuma transação com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

2.4.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4.5 IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada. Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Gasoduto	30
Imóveis e benfeitorias	10
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10
Máquinas e equipamentos operacionais	10
Equipamento e instalações de processamento de dados	5
Equipamento e instalações de comunicação	5
Veículos	4

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4.6 PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.4.7 PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da Companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme Nota explicativa 17.

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas financeiras e demográficas. Dentre as principais estão:

a. Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

b. Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras premissas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

As incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido e análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares estão divulgadas na Nota explicativa 17.

2.4.8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido no final do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores financeiros nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

2.5.1 INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.

<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); ganho ou perda no desconhecimento divulgação da diferença entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de facto' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas na IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculantes. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à de reconhecimento de ativos financeiros e sua apresentação, incluindo reforços às regras de classificação. Além disso, há emendas à IFRS 7, que detalham como as alterações na IFRS 9 afetam os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
<i>Contracts: Refinancing Nature-dependent Electricity – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações na IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de fornecimento de eletricidade que são dependentes da natureza. Isso inclui esclarecimentos sobre contabilização de instrumentos financeiros e impactos na apresentação e divulgação relacionados a esses contratos.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
<i>IAS 1 – Presentation and Disclosure of Financial Statements</i>	A IFRS 1 foi alterada para reforçar os requerimentos de divulgações dos demonstrativos financeiros. As mudanças incluem a necessidade de descrição dos seguintes aspectos: a) composição do balanço e das contas contábeis; b) critérios de mensuração e escolha dos métodos contábeis; c) informações adicionais sobre ativos não correntes, financeiros, contingentes e outras classes específicas. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outras estruturas padrão para harmonizar a apresentação e padronização dos demonstrativos financeiros.	1º de janeiro de 2027 com regras específicas.
<i>IAS 1 – Subsidiaries without Public Accountability Disclosure</i>	Assegura que subsidiárias que fazem parte de um grupo consolidado de obrigações legais tenham requerimentos de divulgação menos onerosos. As mudanças permitem que essas subsidiárias apresentem informações financeiras mais simplificadas, desde que estejam em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao grupo.	1º de janeiro de 2027 com regras específicas.
<i>Presentation and Disclosure in Financial Statements – IFRS 18</i>	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.	1º de janeiro de 2027 com regras específicas.

2.5.2 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, integral ou parcialmente, e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – CPC 48 (R1)	IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)	Sem equivalente no IFRS	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Descarbonização	Sem equivalente no IFRS	1º de janeiro de 2025

* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2).

** Emitido em substituição ao CPC 08 (R2).

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores financeiros de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

A. A VIDA ÚTIL DOS ATIVOS

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (Nota 5).

B. FONTES DE INCERTEZA EM PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 15).

C. FONTES DE INCERTEZA EM BENEFÍCIOS DE PENSÃO E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da Companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme “Nota explicativa – 17 – Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)”.

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas financeiras e demográficas. Dentre as principais estão:

a) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

b) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras premissas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

D. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para definição do Valor Justo na Companhia, foram utilizados dados como cotações de ativos/passivos semelhantes ou dados históricos. O método utilizado para determinação do valor justo foi a abordagem de mercado (Nível 1).

Nessa metodologia, para cálculo do valor justo foram utilizados preços observados e outras informações relevantes ao ativo/passivo, em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes, tais como cotações e precificações.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na “Nota explicativa 16 – Instrumentos Financeiros”.

E. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é reavaliado, a cada data de apresentação, com a finalidade de apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

O risco de crédito é avaliado pelo histórico dos clientes, permanentemente, para proteção do contas a receber/caixa.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revisitos, pelo menos, a cada data de apresentação, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é avaliado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando-se taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificados indícios de perdas tanto nos ativos financeiros como nos ativos não financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	658	934

O montante está distribuído em CDBs dos bancos Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal (CEF), com rendimento médio de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (103% do CDI em 31 de dezembro de 2023), com vencimento inferior a 90 dias de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. IMOBILIZADO

	Gasoduto Bolívia-Brasil	Imóveis e benfeitorias	Móveis, equipamentos e instalações de escritório	Máquinas e equipamentos operacionais	Equipamentos e instalações de processamento de dados	Equipamentos e instalações de comunicação	Veículos	Estoques de sobressalentes	Imobilizado em andamento (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.205	13	1	3	3	2	4	101	186	1.518
Custo acumulado	4.954	24	4	24	20	9	8	101	186	5.330
Depreciação acumulada	(3.749)	(11)	(3)	(21)	(17)	(7)	(4)	-	-	(3.812)
Adições	(2)	3	-	2	-	-	-	33	199	235
Transferências	130	-	-	-	-	-	-	-	(142)	(12)
Depreciação	(216)	(2)	-	-	(1)	-	(4)	-	-	(223)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.117	14	1	5	2	2	-	134	243	1.518
Custo acumulado	5.082	27	4	26	20	9	8	134	243	5.553
Depreciação acumulada	(3.965)	(13)	(3)	(21)	(18)	(7)	(8)	-	-	(4.035)

	Gasoduto Bolívia-Brasil	Imóveis e benfeitorias	Móveis, equipamentos e instalações de escritório	Máquinas e equipamentos operacionais	Equipamentos e instalações de processamento de dados	Equipamentos e instalações de comunicação	Veículos	Estoques de sobressalentes	Imobilizado em andamento (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.329	11	1	1	3	2	-	93	110	1.550
Custo acumulado	4.877	20	4	23	18	8	13	93	110	5.166
Depreciação acumulada	(3.548)	(9)	(3)	(22)	(15)	(6)	(13)	-	-	(3.616)
Adições	(1)	3	-	2	2	-	7	8	162	183
Transferências	78	1	-	-	-	1	-	-	(86)	(6)
Depreciação	(201)	(2)	-	-	(2)	(1)	(3)	-	-	(209)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.205	13	1	3	3	2	4	101	186	1.518
Custo acumulado	4.954	24	4	25	20	9	20	101	186	5.343
Depreciação acumulada	(3.749)	(11)	(3)	(22)	(17)	(7)	(16)	-	-	(3.825)

(i) O imobilizado em andamento incluem melhorias operacionais no gasoduto.

6. INTANGÍVEL

	Aquisição e desenvolvimento software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	16
Custo acumulado	70	70
Amortização acumulada	(54)	(54)
Adições	12	12
Amortização	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23	23
Custo acumulado	82	82
Amortização acumulada	(59)	(59)

	Aquisição e desenvolvimento software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14	14
Custo acumulado	64	64
Amortização acumulada	(50)	(50)
Adições	-	-
Transferências	6	6
Amortização	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	16
Custo acumulado	70	70
Amortização acumulada	(54)	(54)

7. PARTES RELACIONADAS

A. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

	2024	2023
Ativo circulante		
Contas a receber	105	160
	105	160
Passivo circulante		
Contas a pagar	-	1
Efeito cambial sobre a tarifa	-	1
Adiantamentos de clientes (i)	53	50
	53	52
Passivo não circulante		
Adiantamentos de clientes (i)	801	687
Resultado do período:		
Receita bruta de serviços prestados - (nota 11)	1.757	2.086
Receita de aluguel de faixa - (nota 11)	12	10
Total da receita bruta de prestação de serviços - (nota 11)	1.769	2.096
Despesas financeiras - (nota 14)	(11)	(8)
Variações cambiais - (nota 14)	(172)	51

(i) Adiantamentos de clientes

Petrobras

Referem-se a pré-pagamento dos contratos *Transportation Capacity Option* (TCO), Concurso Público de Alocação de Capacidade (CPAC) e ainda aluguel de faixa de servidão. Todos são amortizados com prestação dos serviços correspondentes, sem desembolso de caixa.

B. REMUNERAÇÃO DE PESSOAL (EM REAIS)

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR por meio da Resolução CGPAR 30/2022 determina a publicação das remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, dirigentes e conselheiros da TBG.

O plano de cargos e salários, de benefícios e vantagens da TBG, assim como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

	2024	2023
Remuneração por empregado:		
Maior remuneração	63.029	59.652
Remuneração média	25.008	25.551
Menor remuneração	4.424	4.160
Média dos benefícios oferecidos	16.603	10.276
Número de empregados – média mensal no exercício	333	300

A remuneração de dirigentes, incluindo vantagens e benefícios, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

	2024	2023
Remuneração de dirigentes:		
Maior remuneração	91.766	87.714
Remuneração média	76.607	76.847
Menor remuneração	69.028	65.979
Número de dirigentes – média mensal no exercício	2	2

A remuneração de conselheiros fiscais e de administração, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

	2024	2023
Remuneração de conselheiros:		
Remuneração média	8.094	7.736
Número de conselheiros – média mensal no exercício	11	11

As remunerações totais dos membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva da TBG, estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia.

C. BBPP HOLDINGS LTDA. - BBPP

Em dezembro de 1997, a TBG e suas acionistas na época, dentre elas BBPP Holdings Ltda. (BBPP), assinaram contrato de cessão de empregados próprios para a implementação dos serviços iniciais da TBG, até que fosse definido e composto o quadro de empregados da TBG.

Em fevereiro de 2010, a Secretaria Municipal de Fazenda - RJ lavrou auto de infração para a BBPP Holdings Ltda. referente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, sobre as operações realizadas no período de maio de 2005 a dezembro de 2009, incidente sobre o contrato de cessão de empregados celebrado entre BBPP e TBG. Conforme contrato celebrado entre as partes, todo o risco financeiro do processo é de responsabilidade da TBG. A expectativa de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo contingente é de aproximadamente R\$ 36 (R\$ 35 em 31 de dezembro de 2023).

8. TRIBUTOS

A. O IMPOSTO DE RENDA E A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS SOBRE O LUCRO TÊM A SEGUINTE ORIGEM:

	2024	2023
Passivo:		
Depreciação fiscal do gasoduto	262	320
Provisão para processos judiciais e administrativos	(24)	(22)
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(27)	34
Benefícios concedidos a empregados	(70)	(46)
Outras exclusões temporárias	-	(15)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado (efeito acumulado)	141	271
IRPJ e CSLL diferidos em outros resultados abrangentes	9	7
	150	278

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	2024	2023
Imobilizado - Depreciação	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(262)	(320)
Provisão para processos judiciais e administrativos	Pagamento e reversão da provisão	24	22
Benefícios concedidos a empregados	Pagamento e reversão da provisão	61	54
Outros	Variação cambial, pelo regime de caixa	27	(34)
Total		(150)	(278)
Impostos diferidos ativos		112	76
Impostos diferidos passivos		(262)	(354)

B. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	695	1.155
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(237)	(393)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do período	(237)	(393)
Corrente	(175)	(496)
Diferido	(62)	103
Alíquota efetiva	34%	34%

C. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	237	393
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	61	(16)
Provisão para processos judiciais e administrativos	2	22
Provisões temporárias	(4)	7
Depreciação fiscal do gasoduto	57	55
Benefícios concedidos a empregados	13	6
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	-	28
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	366	495

D. DEMAIS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Imposto de renda antecipado e retido na fonte	95	102
Contribuição social antecipado e retido na fonte	27	31
ICMS	15	3
PIS / COFINS a recuperar	6	5
Total	143	141

9. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Participações de lucros e desempenho	32	43
Provisão de férias e encargos	25	23
Encargos trabalhistas	16	11
	73	77

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A. CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social era de R\$ 93, subscrito e integralizado, estava representado por 93.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 19,88% - YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.; e
- 0,12% - Corumbá Holding S.À. R. L.

B. RESERVAS DE LUCROS

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não houve destinação de lucro à reserva legal por esta já ter atingido o limite legal de 20% do capital.

Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido.

A proposta de dividendos encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 458, composta pela destinação de 100% do lucro do exercício, registrado no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

C. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2024, os valores acumulados de R\$ 37 (R\$ 11 em dezembro de 2023), na rubrica de Outros resultados abrangentes, representam os saldos de remensurações das premissas atuariais vigentes, dos planos de saúde e de previdência privada da Companhia (respectivamente, AMS/Saúde Petrobras e PP2).

As remensurações desses planos são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e compreendem ganhos e perdas atuariais.

D. RESULTADO POR AÇÃO

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	458	762
Média ponderada da quantidade de ações	93	93
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$ por ação)	4,92	8,19

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

O resultado da ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da TBG não possuir ações potenciais.

11. RECEITA DE VENDAS

	2024	2023
Receita bruta de serviços de transporte - (Nota 7 (a))	1.332	1.661
Receita bruta de direitos não exercidos (<i>ship-or-pay</i>) - (Nota 7 (a)) (i)	269	381
Receita de balanceamento e Encargo do Gás para Uso no Sistema - (EGUS) (Nota 7 (a))	156	44
Receita de aluguel de faixa - (Nota 7 (a))	12	10
Total da receita bruta de prestação de serviços Petrobras - (Nota 7 (a))	1.769	2.096
Receita bruta de prestação de serviços - Outros Clientes	182	22
Receita bruta de direitos não exercidos (<i>ship-or-pay</i>)	75	6
Receita de balanceamento e Encargo do Gás para Uso no Sistema - (EGUS)	32	-
Outras receitas	3	-
Total da receita bruta de prestação de serviços - Outros Clientes	292	28
Total da receita bruta	2.061	2.124
Tributos incidentes sobre faturamento	(375)	(379)
Receita operacional líquida	1.686	1.745

(i) Adicionalmente, a variação nas receitas com direitos não exercidos (*ship-or-pay*) sofreu variação negativa para o cliente Petrobras em (R\$ 112) e houve variação positiva para Outros Clientes, no montante de R\$ 69.

Em 31 de dezembro de 2024 houve aumento nas receitas de prestação de serviços e de direitos não exercidos (*ship-or-pay*) - Outros Clientes, em R\$ 229, resultante, principalmente, da entrada de novos clientes e, consequente, aumento no volume transportado. Em 31 de dezembro de 2024, havia 13 clientes e foram transportados 60.596.125 MMBTU (em 31 de dezembro de 2023, havia 6 clientes e o transporte foi de 7.692.098 MMBTU).

Dessa forma, as receitas brutas de prestação de serviços e de direitos não exercidos (*ship-or-pay*) sofreram impacto negativo no montante de (R\$ 212), resultantes, principalmente, do abatimento da conta regulatória (R\$ 163) e deslocamento da receita máxima permitida (R\$ 64).

Para o funcionamento do regime de Entrada e Saída é necessário o estabelecimento de um "regime de balanceamento do sistema de transporte", que determina regras contratuais visando ao equilíbrio entre injeções e retiradas de gás natural necessário para o bom funcionamento da rede de gasodutos, sendo a compra e venda de gás de terceiros uma

ferramenta que o transportador pode acionar em suas ações residuais de balanceamento. Em 2024, foram contratados R\$ 188 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2023) para fins de balanceamento da rede de transporte da TBG. Cabe destacar que esses custos são repassados aos carregadores, acrescidos de tributos, como receita tarifária da TBG (Nota 12).

12. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(132)	(124)
Manutenção, conservação e reparos	(93)	(91)
Aluguel	(14)	(17)
Consumo de material	(16)	(14)
Utilização de sistemas de comunicação	(2)	(2)
Serviço de apoio operacional e outros	(29)	(27)
Despesa de viagens	(6)	(2)
Custo fixo de balanceamento (ii)	(155)	(36)
Consumo de energia (i)	5	26
	(442)	(287)

(i) Recuperação do ICMS do gás utilizado no sistema de transporte.

(ii) Vide explicação na Nota explicativa nº 11.

Em 31 de dezembro de 2024, o custo fixo de balanceamento representou a maior variação no grupo de custos de operação e manutenção do gasoduto, perfazendo um acréscimo R\$ 119 em relação aos custos de 2023 (R\$ 36). Entretanto, cabe mencionar que tais custos, informados por seus valores líquidos de tributos, foram repassados aos clientes via faturamento (tributos inclusos), conforme Nota 11, na rubrica "Receita de balanceamento e Encargo do Gás para Uso no Sistema (EGUS)".

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Pessoal	(110)	(92)
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(4)	(9)
Despesa com processos judiciais e administrativos	(12)	(44)
Despesas com imóveis	(2)	(2)
Despesas com serviços contratados	(20)	(21)
Honorários advocatícios	(2)	(11)
Despesas com depreciação	(5)	(5)
Despesa de viagens	(3)	(2)
Despesas de comunicação e gerais	(15)	(8)
	(173)	(194)

Em 31 de dezembro de 2024, houve aumento nas despesas com pessoal em R\$ 18, resultante, principalmente, pelo acréscimo à contratação de pessoal / Seleção Pública 2023 (R\$ 4), do custo da mão de obra não operacional com a atualização atuarial do plano de saúde AMS para retorno ao custeio 70 x 30 (R\$ 11) e provisão de participação nos lucros e resultados (R\$ 6).

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2024	2023
Receitas Financeiras	55	71
Receitas com aplicações financeiras e títulos públicos	55	71
Despesas financeiras	(30)	(25)
Fornecedores	(9)	(10)
Empresas do Sistema Petrobras - (Nota 7 (a))	(11)	(8)
Juros sobre dividendos - demais acionistas	(10)	(7)
Variação cambial	(178)	52
Fornecedores	(6)	1
Empresas do Sistema Petrobras - (Nota 7 (a))	(172)	51
Total	(153)	98

O aumento apresentado em 31 de dezembro de 2024 ocorre, principalmente, pela desvalorização do real em relação ao dólar em 27,91% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As variações cambiais no montante de R\$ 178 estão representadas pelas oscilações nos valores de passivos circulantes (Fornecedores - R\$ 6) e de passivos não circulantes (Contrato de Pré-Pagamento TCO - R\$ 172).

15. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais originados do curso normal das suas operações. Os processos com prognóstico de perda provável foram provisionados e estão incluídos no passivo não circulante. A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais.

	2024	2023
Cíveis	68	62
Trabalhistas	2	3
	70	65
Saldo inicial	65	-
Adição, líquida de reversão	2	22
Utilização	(5)	(1)
Atualização	8	44
Saldo final	70	65

CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2024	2023
Cíveis	250	225
Trabalhistas	78	70
Tributárias	24	24
	<u>352</u>	<u>319</u>

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. As naturezas desses passivos contingentes não provisionados são:

CAUSAS CÍVEIS:

Pleito cível de empreiteira em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor estimado de exposição da TBG em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 145 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2023).

Pleito cível de danos morais em curso, por supostos prejuízos em razão de restrição de imóvel de sua propriedade, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 104 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2023).

Os pleitos cíveis de natureza indenizatória, movidos por diversos autores, em 31 de dezembro de 2024 é de aproximadamente R\$1 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2023).

CAUSAS TRABALHISTAS:

A TBG consta como polo passivo em ações trabalhistas, algumas na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando em 31 de dezembro de 2024 o valor estimado de R\$ 78 (R\$ 70 em 31 de dezembro de 2023).

CAUSAS TRIBUTÁRIAS:

Há também ações decorrentes de contribuições previdenciárias originadas de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor estimado de R\$ 3 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2023).

As contingências relacionadas a pedidos de ressarcimento ou restituição de imposto renda pessoa jurídica e imposto de importação são estimados em de R\$ 21 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2023).

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2024	2023
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Ativos financeiros		
Contas a receber – Sistema Petrobras - (Nota 6(a))	105	160
Contas a receber - terceiros	35	11
Caixa e equivalentes de caixa - (Nota 4)	658	934
Total dos Ativos	798	1.105
Passivos		
Passivos financeiros		
Adiantamentos de clientes - Sistema Petrobras	854	739
Adiantamentos de clientes - terceiros	36	6
Fornecedores	201	104
Total dos Passivos	1.091	849

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. O prazo de recebimento do contas a receber é, em média, de 15 dias após o faturamento e o passivo, na conta “adiantamento com o Sistema Petrobras”, é indexado ao dólar, e pago pela cotação do dólar do dia de cada pagamento. O prazo de pagamento dos demais fornecedores é de 20 dias em média.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A. RISCO DE CRÉDITO

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Bradesco, Santander e CEF (Nota 4), o que faz com que este risco seja reduzido.

O crédito concedido às instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias e na aplicação de excedentes de caixa, sendo distribuído entre os principais bancos nacionais que foram classificados pelas principais classificadoras internacionais de riscos com “grau de investimento” mínimo de risco brA-/A3.br/A-(bra).

O risco de crédito em relação à cliente Petrobras é muito baixo. Nos 24 anos de operação da Companhia, sua controladora sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados. A Petrobras foi classificada em 2024 pelas principais agências de Rating S&P, Moody's, Fitch com os índices BB, Ba1 e BB, respectivamente.

B. RISCO DE TAXAS DE CÂMBIO

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar.

Os adiantamentos recebidos da Petrobras (Nota 7) cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 854 (R\$ 739 em 2023), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados de risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

As variações na taxa de câmbio spot R\$ / US\$ podem afetar o lucro líquido e o balanço patrimonial.

As receitas de transporte do contrato TCO são indexadas ao dólar, dessa forma a variação do saldo do passivo (pré-pagamento) também acompanha a mesma variação de câmbio, gerando assim um hedge natural entre as obrigações e os recebimentos.

C. RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	201	-	-	-	201
Adiantamentos de clientes - Sistema Petrobras	53	53	159	589	854
Adiantamentos de clientes - terceiros	36	-	-	-	36
	290	53	159	589	1.091

D. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	2024	2023
Plano de previdência complementar	7	11
Plano de saúde – AMS	121	107
	128	118
Não circulante	128	118

17.1 NATUREZA E RISCOS ASSOCIADOS AOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS PLANO DE SAÚDE

O Plano de saúde, nomeado AMS (Saúde Petrobras), é administrado e operado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano oferece assistência à saúde a todos os empregados atuais, aposentados, pensionistas e grupo familiar elegível, de acordo com os critérios definidos no regulamento, e está aberto a novos empregados.

Atualmente patrocinado pela Petrobras, Transpetro, PBIO, TBG e Termobahia, o plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de coberturas e a um maior nível de utilização dos benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados, aposentados e pensionistas realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos de grande risco e contribuições variáveis referentes ao custo dos demais procedimentos médicos e odontológicos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas a partir de parâmetros, como o salário e faixas de idade. O plano contempla também o auxílio na compra de alguns medicamentos mediante reembolso ou aquisição e entrega em domicílio, com coparticipação dos beneficiários.

O pagamento do custo assistencial é efetuado pela Companhia com base na utilização dos beneficiários. A participação financeira da Companhia e dos beneficiários nas despesas foi estabelecida no acordo coletivo de trabalho (ACT 2023-2025) era de 60% (sessenta por cento) pela Companhia e 40% (quarenta por cento) pelos participantes, vigentes até 31 de março de 2024.

Conforme previsto na cláusula 26 – parágrafo 2º do Acordo Coletivo 2023-2025, “Caso as Resoluções CGPAR nº 42/2022 e nº 49/2023 venham a ser revogadas ou alteradas, viabilizando ajustes na relação de custeio dos planos de saúde, a Companhia e as Entidades Sindicais, visando deixar o benefício mais atraente e acessível para os beneficiários, reunir-se-ão para implantar nova relação de custeio, de modo a causar menor impacto na remuneração/provento de seus beneficiários (responsáveis financeiros), conforme a relação de custeio historicamente adotada pela AMS”.

Em 26 de abril de 2024, as Resoluções CGPAR nº 42/2022 e nº 49/2023 foram revogadas por intermédio da Resolução CGPAR nº 52/2024, razão pela qual a Companhia e as entidades sindicais acordaram, via aditivo ao acordo coletivo de trabalho vigente, retomar a relação de custeio do plano de saúde anteriormente praticada, sendo 70% para a TBG e 30% para os beneficiários, com vigência desde abril de 2024. Em função dessa alteração, a Companhia realizou uma revisão no passivo atuarial do plano de saúde.

REVISÃO INTERMEDIÁRIA DO PLANO DE SAÚDE

A revisão intermediária realizada no 2º trimestre de 2024 resultou numa redução do passivo de R\$ 10, em contrapartida de: (i) R\$ 15 no resultado pelo custo do serviço passado decorrente da alteração do benefício; e (ii) R\$ 25 de ganho em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, pela revisão das premissas atuariais, principalmente pelo aumento da taxa real de desconto aplicada sobre os passivo do plano de 6,48% e 5,45% (de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente) e, pela redução da variação dos custos médicos hospitalares – VCMH de 8,68% e 9,18% (de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente).

As demais premissas atuariais utilizadas para a realização da avaliação atuarial, comparadas com as adotadas na avaliação atuarial de dezembro de 2023, não sofreram atualizações.

REVISÃO ANUAL DO PLANO DE SAÚDE

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes cujo resultado está demonstrado no quadro (b) da Nota 17.2 – Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

PLANO DE PENSÃO – PP2

O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento à norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade ao plano.

O plano de pensão complementa a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A tabela a seguir fornece outras características desse plano:

Plano de Pensão - Petros 2 (PP2)	
Modalidade	Contribuição Variável (parcela BD + parcela CD).
Participantes do plano	Este Plano foi implementado em 2010, abrangendo os empregados.
Novas inscrições	Aberto.
Pagamentos de aposentadoria	Pagamentos mensais de benefício definido ao longo da vida ou pagamentos mensais de benefício não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
Outros benefícios gerais	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano	Pagamentos mensais vitalícios, atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA. Pagamentos mensais de benefício não definido: com base na variação da cota de conta individual.
Contribuições paritárias feitas pelos participantes e pela Companhia aos planos	É composto por: i) contribuições normais que cobrem o custo esperado dos planos no longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de apuração de déficit, conforme previsto no regulamento para a parcela de benefício definido do plano.

REVISÃO ANUAL DO PLANO DE PENSÃO

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos foram remensurados com as premissas atuariais vigentes cujos resultados estão demonstrados no quadro (a) da Nota 17.2 – Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

17.2 VALORES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA TBG RELACIONADOS A PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDOS

A. MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES RECONHECIDAS NO BALANÇO PATRIMONIAL

Representa a obrigação da Companhia, líquida dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo CNPC.

Informações sobre as variações das principais premissas aplicadas à revisão atuarial estão dispostas no quadro da Nota 17.3 – Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	2024			2023		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
	PP2	AMS - Saúde Petrobras		PP2	AMS - Saúde Petrobras	
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações (VPO)	46	121	167	53	107	160
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(39)	-	(39)	(42)	-	(42)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	7	121	128	11	107	118
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	11	107	118	10	63	73
Reconhecido no resultado - despesas	1	37	38	1	16	17
Custo do serviço corrente	-	26	26	-	8	8
Custo dos juros líquidos	1	11	12	1	8	9
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(5)	(23)	(28)	1	28	29
Efeitos da remensuração reconhecidos em ORA	(5)	(23)	(28)	1	28	29
Efeito caixa	-	-	-	(1)	-	(1)
Pagamento de contribuições	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro	7	121	128	11	107	118

B. MOVIMENTAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO (VPO)

	2024			2023		
	Plano de pensão	Plano de saúde		Plano de pensão	Plano de saúde	
	PP2	AMS - Saúde Petrobras	Total	PP2	AMS - Saúde Petrobras	Total
Movimentação						
Valor presente das obrigações no início do exercício	53	107	160	47	63	110
Reconhecido no resultado	7	11	18	5	16	21
Custo dos juros	5	-	5	5	-	5
Custo do serviço corrente	-	5	5	-	8	8
Custo do serviço passado	1	6	7	-	8	8
Contribuições dos Empregados	1	-	1	-	-	-
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(12)	2	(10)	4	28	32
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	7	5	12	(3)	(5)	(8)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	-	-	-	-	-	-
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(19)	(3)	(22)	7	33	40
Outros	(1)	-	(1)	(3)	-	(3)
	(1)	-	(1)	(3)	-	(3)
Valor presente das obrigações no final do exercício	46	121	167	53	107	160

C. MOVIMENTAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA)

No plano PP2, a maior parte dos participantes está na fase de acumulação de patrimônio. A evolução do ativo garantidor reflete essa característica do plano, sendo resultado da entrada das contribuições e do resgate de patrimônio para pagamento de benefícios, além da influência da rentabilidade dos investimentos dos ativos.

	2024			2023		
	Plano de pensão	Plano de saúde		Plano de pensão	Plano de saúde	
	PP2	AMS - Saúde Petrobras	Total	PP2	AMS - Saúde Petrobras	Total
Movimentação						
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	43	-	43	38	-	38
Reconhecido no resultado - despesas	4	-	4	4	-	4
Receita de juros	4	-	4	4	-	4
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(6)	-	(6)	3	-	3
Remensuração: Retorno sobre os Ativos maior/ (menor) que a Taxa de Desconto	(6)	-	(6)	3	-	3
Outros	(2)	-	(2)	(3)	-	(3)
Contribuições pagas pela Companhia	1	-	1	-	-	-
Contribuições de participantes	1	-	1	-	-	-
Benefícios Pagos pelo Plano	(4)	-	(4)	(3)	-	(3)
Valor justo dos ativos no final do exercício	39	-	39	42	-	42

17.3 INCERTEZAS DE MENSURAÇÃO ASSOCIADAS À OBRIGAÇÃO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	2024		2023	
	Plano de pensão	Plano de saúde	Plano de pensão	Plano de saúde
	PP2	AMS - Saúde Petrobras	PP2	AMS - Saúde Petrobras
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação) ⁽¹⁾	12,95%	12,93%	9,56%	9,56%
Taxa real de desconto	7,48%	7,46%	5,45%	5,45%
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + Inflação)	9,77%	n/a	7,07%	n/a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares (a.a.)	n/a	13,69% a 3,25%	-	13,11% a 3,75%
Tábua de mortalidade geral	AT-2012, feminina, desagravada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	Ativos: De acordo com plano de aposentadoria. Assistidos: EX-PETROS 2013
Tábua de entrada em invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85, masculina, suavizada em 10%	MI-85, masculina, desagravada em 10%	IAPB-57 forte, suavizada em 30%	AT-49 masculina
Idade de entrada na aposentadoria	1ª elegibilidade, conforme RGPS Homens 65 e Mulheres 60	Masculino: 57 anos Feminino: 56 anos	1ª elegibilidade	Masculino: 56 anos Feminino: 55 anos

(1) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 5,09% para 2025 e atingindo 3,25% de 2030 em diante.

17.4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

O efeito de uma mudança de 1 p.p. na taxa de desconto assumida e na taxa de variação do custo médico está estabelecido conforme abaixo:

	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(4)	6	(15)	19	20	(16)
Custo do serviço e juros	-	-	(3)	3	5	(4)

ADMINISTRAÇÃO

Gelson Baptista Serva
Presidente do Conselho de Administração

Cilair Rodrigues de Abreu
Conselheiro

Fabíola de Vasconcelos Matos
Conselheira

Hermes Jorge Chipp
Conselheiro

Sébastien Jean P Lahouste
Conselheiro

Matthias Ivens
Conselheiro

Suzana Kahn Ribeiro
Conselheira

Angelica Garcia Cobas Laureano
Diretora-Presidente

Jorge Roberto Abrahão Hijjar
Diretor Comercial

Henrique Andrade Trinckquel Filho
Diretor Financeiro

Gustavo Passos Elias
Diretor Técnico

Daniel Hing
Contador CRC RJ-091747/O
Gerente de Controladoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
Rio de Janeiro - RJ**

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE – TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 7, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, principalmente envolvendo à receita de serviços. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de de-

monstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Ulysses M. Duarte Magalhães

Contador CRC RJ-092095/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A - TBG, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Integrado da TBG - 2024 (que inclui o Relatório Anual da Administração em atendimento à legislação societária Lei nº 6404/76 e Lei nº 13.303/16) e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda.

Considerando o trabalho de acompanhamento da TBG desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Administração da Companhia e no Relatório dos Auditores Independentes, que declara, sem qualquer ressalva, que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2024, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Financeiras e o Relatório Integrado de 2024 estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da TBG propõe o pagamento de dividendos no valor de R\$ 458.830.218,97 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e dezoito reais e noventa e sete centavos), correspondentes a 100% do lucro líquido do exercício de 2024, acrescidos da correção pela variação da taxa Selic, com previsão de pagamento em até 03 parcelas, a partir de março/25, diante da disponibilidade de caixa da Companhia, respeitando o caixa mínimo de segurança vigente.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, contendo projeção "outlook" de fluxo de caixa para o ano de 2025, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação integral do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da TBG.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025.

Flavio Coelho Veloso

Marcelo Pereira de Amorim

Glaucio Porto de Oliveira

RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração ("CA"), composto atualmente por 3 (três) membros, externos, nomeados pelo CA da TBG.

2. RESPONSABILIDADES

O CAE tem suas atribuições definidas, dentre outros, pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pelo Estatuto Social da TBG e por seu Regimento Interno. Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

Os administradores da TBG são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares. As denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas, em matérias relacionadas às suas atividades, são recebidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário através do Canal de Denúncias compartilhado de sua controladora – Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, cujo canal é independente e possui mecanismos de anonimato.

A Auditoria Independente é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras e avalia também a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a TBG está exposta, monitorando, avaliando e aferindo, de forma independente, as ações de gerenciamento destes riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

3. ATIVIDADES DO PERÍODO E CONCLUSÕES

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o CAE realizou, no período de 01/01/24 a 31/12/24, 38 (trinta e oito) reuniões com os seguintes órgãos/áreas: Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Gestão de Riscos Empresariais, gestores das principais áreas da Companhia, auditorias interna e independente, Comitê de Auditoria Estatutário da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, além de reuniões internas.

Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento.

As denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas, em matérias relacionadas às suas atividades, são recebidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário através do Canal de Denúncias compartilhado de sua controladora – Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, cujo canal é independente e possui mecanismos de anonimato. O reporte ao CAE pode ser realizado a qualquer tempo ou de forma regular, em reuniões específicas do Comitê com a Gerência de Conformidade e nos relatórios da Gerência de Conformidade.

Não chegou ao conhecimento do CAE a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da Companhia, perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros.

As conclusões descritas neste relatório foram baseadas em reuniões regulares realizadas com diversas áreas da Companhia, além de informações, documentos, relatórios produzidos pelas Auditorias Interna e Independente, pela Diretoria Executiva, pelos Conselhos de Administração e Fiscal e por gestores das principais áreas da TBG.

O trabalho desenvolvido pelo Comitê de Auditoria Estatutário foi registrado em atas, cujos extratos estão disponíveis no *site* da TBG como ação de transparência ativa e podem ser consultados no endereço eletrônico: <https://www.tb企业.com.br/estrutura-de-governanca>

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

3.1 – AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. Afere a confiabilidade do processo de preparo das Demonstrações Financeiras conforme a Lei nº 13.303/2016 art. 9º, §3º, inciso II; Decreto nº 8.945/16, art. 17, inciso II.

Nas reuniões realizadas foram avaliados, dentre outros, o processo de planejamento, sumários e relatórios dos principais trabalhos efetuados e o acompanhamento das principais recomendações de auditorias interna e independente e de órgãos externos de fiscalização e controle.

3.2 – AUDITORIA INDEPENDENTE

O CAE avaliou o planejamento e os resultados dos trabalhos realizados, suas conclusões, recomendações e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis. Supervisionou suas atividades, avaliou sua independência e a qualidade dos serviços prestados conforme a Lei nº 13.303/2016, art 24º, §1º, incisos I e II e Decreto nº 8.945/16, art 38, §1º, incisos I e II.

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da KPMG Auditores Independentes.

3.3 – CONFORMIDADE, SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E RISCOS

A cultura de controle e integridade é foco permanente de atenção da Administração.

O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade das operações da TBG e é objeto de permanente atenção por parte da Administração.

A efetividade do Sistema de Controles Internos foi fundamentada, principalmente, nos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle e em informações e documentos recebidos de diversas áreas da TBG.

As transações com partes relacionadas (TPR) foram avaliadas e monitoradas, em conjunto com a Administração e Auditoria Interna, observaram a política interna de TPR e as normas aplicáveis.

Foram avaliadas e monitoradas as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos. As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração.

3.4 – PARÂMETROS E RESULTADO ATUARIAL

Os principais parâmetros nos quais se fundamentam os cálculos atuariais do plano de benefícios do fundo de pensão patrocinado, são admissíveis e estão alinhados com as práticas do mercado.

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis sobre o processo de avaliação atuarial da TBG em relação ao fundo de pensão patrocinado pela Companhia, realizados debates e discutidas as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliadas as premissas e os resultados atuariais.

3.5 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO INTEGRADO

O Comitê de Auditoria Estatutário supervisionou a elaboração das Demonstrações Financeiras da TBG e monitorou a sua qualidade e integridade, bem como exerceu as demais competências previstas no Decreto nº 8.945/2016, art 38, §1º, incisos III a VII e na Lei nº 13.303/2016, art 24, §1º, incisos III a VII.

Procedeu à revisão das Demonstrações Financeiras da TBG acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31/12/24. Monitorou a sua qualidade e integridade. Tomou conhecimento do Relatório Integrado do exercício em atendimento à legislação societária Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16.

O Comitê, considerando os resultados dos trabalhos realizados e o relatório da KPMG Auditores Independentes, julga que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras de 31/12/24, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.

Reinaldo Guerreiro
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Ana Clara da Silva Moura
Membro

Rosângela Costa Süffert
Membro



Praia do Flamengo, 200 - 25º andar
Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22.210-901



 @tbg.gas



 TBGgasnatural



 tbg-gasnatural